

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 14 DE NOVEMBRO DE 1995

*Excelentíssimo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Dr. Gustavo Krause; Dr. Pedro Malan, Ministro da Fazenda; Ministro da Agricultura, Eduardo Andrade Vieira; Senhor Ministro Chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho; Senhora Secretária Executiva do Comunidade Solidária, Anna Peliano; Senhor Representante do Ministério do Planejamento, Andrea Calabi; Senhor Presidente do Ibama, Raul Jungmann; Senhor Presidente do Incra, Francisco Graziano; Senhor Gustavo Loyola, Presidente do Banco Central; Mendonça de Barros, do BNDES; Senhora Flora Valladares Coelho, do Banco da Amazônia; Doutor Osmundo, representante do Banco do Nordeste; Presidente da Caixa Econômica, Cutollo; Presidente do Banco do Brasil,*

Enfim, nunca vi tanta autoridade da área econômica junto, que me deu até temor e li o nome, o que mostra a força do meio ambiente. Pela primeira vez foi possível juntar nesta sala, realmente, quem tem dinheiro no Brasil – no setor público, que é o mais pobre. Precisamos depois pegar o setor privado para fazer a mesma coisa.

Acho que isso é um sinal dos tempos. Acho que, pouco a pouco, essa consciência ambientalista vai tomando corpo, em termos de institui-

ções, em termos de práticas, em termos de regras, e as coisas vão sendo aceitas com naturalidade.

O Dr. Gustavo Krause, com esse brilho que Deus lhe deu, assinou um papel que é reciclado, introduzindo essa prática no Governo – o que é muito positivo –, fez referências simpáticas, como sempre faz, e generosas, a mim e recordou que, na verdade, essa preocupação com o meio ambiente é antiga. E vou lhes dizer por que: porque, depois da Conferência de Estocolmo, aqueles que sabiam ler e escrever ficaram muito envergonhados com o que o Brasil tinha feito. Foi um horror aquela teoria de que era bendita a poluição, de que era preciso primeiro poluir para depois cuidar do resto; de que nós queríamos as fábricas poluidoras. Aquela atitude, realmente constrangedora para todos nós que tínhamos alguma noção do que estava ocorrendo no mundo, nos pareceu extremamente negativa, não só para a imagem do Brasil, mas até mesmo para o povo. Porque um povo que tivesse que se submeter a desastrosos dessa natureza seria um povo sem grandes perspectivas.

E, já na década de 70, muitos de nós participávamos de muitas reflexões sobre a questão do meio ambiente. Na verdade, o conceito de desenvolvimento sustentável ou sustentado não existia nesse período. E eu me recordo que o Ignacy Sachs, aqui referido pelo Ministro Krause, que é um eminente professor, hoje na École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França. Ignacy Sachs tinha criado um conceito chamado “mau desenvolvimento” – ele dizia *maldéveloppement* – para mostrar justamente os efeitos negativos de um desenvolvimento que acarretava conseqüências perversas sobre a sociedade.

E havia já um início, aí, nos anos 70, de reação contra isso. Na Suécia, em Estocolmo – mas, mais do que em Estocolmo, em Upsala –, havia uma Fundação chamada Dag Hammarskjöld. Eu participei de muitas reuniões nessa Fundação. E ali tinha uma revista chamada *The Development Dialogue*. E, lá, começou-se a refletir um pouco, do ponto de vista teórico, conceitual, sobre essas questões. O próprio Ignacy Sachs tinha uma contribuição importante, e muitos outros mais – eu próprio escrevi por ali, nesse trabalho –, e isso foi mudando um pouco a maneira pela qual aqueles que se ocupavam do problema do desenvolvimento

passaram a encarar os primeiros autolimites. Enfim, até a nomenclatura não era portuguesa, era mais inglesa. Mas, de qualquer maneira, se começava a ver que era preciso conciliar desenvolvimento com meio ambiente.

Claro que, de lá para cá, tudo mudou. A Conferência do Rio de Janeiro foi um marco que realmente mudou muita coisa. Mas, talvez, entre os países que precisavam de uma transformação nesse aspecto, o Brasil tenha tomado a dianteira. Não sei se algum outro país mudou tão depressa a percepção da questão do meio ambiente como nós mudamos.

Tivemos a oportunidade de fazer uma visita à Alemanha, há poucos meses, e lá se fez uma exposição sobre a Amazônia e sobre a famosa questão das queimadas da Amazônia – sobre as quais, hoje, nós temos um controle absolutamente fidedigno, mas são, muitas vezes, objeto de escândalo por parte dos que gostam de escândalo – que, na verdade, mostra o contrário: mostra que nós estamos progredindo na nossa capacidade de informar, de controlar o que acontece no meio ambiente, de combater a degradação do meio ambiente. Há muita dificuldade, porque é uma questão social mais ampla, educacional, mais geral. É de mentalidade, não é só uma questão pura e simplesmente de uma decisão de governo. Mas a mudança de atitudes no Brasil foi enorme e é muito importante.

E, hoje, isso que nós estamos assinando aqui e, mais do que nós estamos assinando, o que os senhores estão fazendo, na verdade – os Secretários de Meio Ambiente, os Secretários de Fazenda, os diretores das grandes instituições financeiras nacionais, os Ministros das áreas diretamente ligadas à matéria –, é prova desse amadurecimento do Brasil.

Quando seria imaginável, há 20 anos, que isso pudesse ocorrer? Quando vinha o Banco Mundial ou o Banco Interamericano com alguma cláusula ambientalista, aqui já se dizia que era para impedir o desenvolvimento, que, por trás dessa cláusula, o que havia era uma vontade de que o Brasil não crescesse. Atraso nosso. Não é isso, não. É que é preciso crescer com respeito ao meio ambiente.

Então, hoje, nós é que estamos adotando as mesmas políticas. E, como disse aqui o Presidente do BNDES, já há muito tempo, algumas instituições, como o BNDES, adotam essas políticas. É preciso ter esse

espírito de desenvolvimento sustentável, porque é preciso perceber que essa prática cotidiana é essencial, não só para o meio ambiente como para o próprio desenvolvimento.

Acho que isso se faz, hoje, com muita força, porque é com muita naturalidade. A tarefa é enorme. Nós vamos ter muito o que fazer. Disse o Ministro Krause – eu não digo essas coisas, sou Presidente da República – que é preciso ser subversivo. Talvez ele entenda mais do que eu dessas questões... Mas, de fato, é preciso ter coragem para dizer as coisas como elas são. É ser radical no sentido etimológico, ir à raiz das questões. Ou se vai à raiz das questões, ou o resto é palavra. Quando se vai à raiz das questões, aí se muda uma realidade.

Nós estamos tentando chegar à raiz de alguns dos nossos problemas. Quase todos os dias da semana damos um passo nessa direção. Ainda ontem, aqui, nesta mesma sala, fizemos algo semelhante para a pesca. E sempre com o mesmo espírito, essa ligação entre órgãos do Governo que, antes, não se comunicavam e que hoje têm que se comunicar, porque tem que haver uma interação positiva, uma sinergia – como disse o Ministro Clóvis Carvalho, ontem – que permita um avanço. Porque, de novo, não é uma questão de lei. É uma questão de atitude, uma questão de mudança de mentalidade, uma questão pedagógica. E de uma pedagogia que, se nós nos inspirássemos em Paulo Freire, seria a de que o professor aprende educando, também. O educador aprende com o educando – aqui, não é educandos e educador propriamente ditos. Mas não é o Governo impondo a uma sociedade, não é isso, não. É o Governo aprendendo também com a sociedade.

Daí a importância da presença de organizações não-governamentais nessas questões todas, porque, sem elas, se estiola mesmo um gesto de boa vontade do Governo. Se esse gesto for um gesto isolado do que acontece na sociedade, é um gesto que pode ir para a biografia de alguém, mas não vai mudar o mundo. E do que nós precisamos para fazer ligação entre a vida intelectual e o poder é mudar as coisas, não é simplesmente compreendê-las.

Talvez seja mais fácil compreendê-las do que mudar. E se compreende mais depressa do que se muda. E se se compreende a totalidade, a

mudança, às vezes, é aos pouquinhos. E os que cobram mudança, como compreendem a totalidade, acham que mudou pouco. Mas o fato é que nós temos que, no dia-a-dia, ir fazendo os esforços e dando os passos necessários para a mudança.

Pois bem, isso que hoje se assina aqui eu diria que é um passo importante nessa direção. Daqui por diante, os financiamentos internos do Brasil condicionarão – as famosas condicionalidades que horrorizavam a tanta gente, no passado – a concessão do empréstimo à existência de uma atitude ativa de preservação do meio ambiente.

Como disse o Ministro Krause, isso não significa apenas negativo, tirar. Não, não. Isso também é conceder, é dar mais, porque, na verdade, nós vamos criar, também, com essa preocupação, novas formas de atividades econômicas preservacionistas, criar até especialidades novas, empregos novos – tanto que se choram os empregos que se acabam no setor industrial antigo. Pois o moderno vai criar, noutros setores, empregos novos.

Há o fato, aqui já referido, de que algumas instituições já têm divisões de preservacionismo, pois são novas especializações que vão sendo criadas progressivamente. É assim que o mundo se transforma e avança.

Acho que já falei demais. Eu disse aos ministros, antes de chegar aqui, que o fato de ser Presidente da República é um prejuízo líquido, porque, quando eu vou falar, já disseram tudo. Eu tenho que repetir um pouco e pedir um pouco de imaginação e de paciência aos que me ouvem.

Mas eu não quero abusar dessa paciência. Quero só agradecer, mais uma vez, o esforço. E agradeço, muito em particular, ao Ministro Krause e ao Dr. Raul Jungmann, aos da área econômica, que tiveram que, naturalmente, sustentar – e vão sustentar, no futuro – esse programa. Eu já vejo o Ministro da Agricultura feliz, porque, no caso da agricultura, pode ser uma sustentação positiva, e não negativa. Mas quero agradecer, também, aos Secretários de Estado que aqui estão, àqueles que são ligados a atividades das organizações não-governamentais, porque eu acredito que é assim, reciclando-nos a nós mesmos e usando papel reciclado, que nós vamos avançar.

Muito obrigado.

